



## COLÔMBIA

# Revanche à vista nas urnas

Primeiro esquerdista a governar o país, Gustavo Petro emplaca o correligionário Iván Cepeda como favorito no primeiro turno da disputa pela sucessão. Mas as pesquisas apontam para um tira-teima com a direita, como quatro anos atrás

» SILVIO QUEIROZ

As últimas pesquisas de opinião sobre a eleição presidencial de hoje, na Colômbia, apontam para uma revanche da disputa de quatro anos atrás, vencida por Gustavo Petro, ex-guerrilheiro e primeiro político de esquerda a governar o país em dois séculos de vida independente e republicana. Impedido por lei de disputar novo mandato, mas surfando em índices sólidos de aprovação, Petro emplacou no topo das intenções de voto seu candidato e correligionário, o senador Iván Cepeda. Tudo indica que ele enfrentará em segundo turno, dentro de três semanas, um candidato de direita.

Cepeda, 63 anos, filho do também senador Manuel Cepeda, dirigente comunista assassinado em 1994 por esquadrões paramilitares de extrema direita, apareceu nas últimas sondagens na liderança, com 37% a 44% das preferências entre os 41 milhões de eleitores. No cenário mais favorável, poderia até ser eleito em primeiro turno. Mas no quadro mais acirrado, aparece em empate técnico com Abelardo de la Espriella, advogado milionário que se lançou na corrida pela Casa de Nariño como alguém “de fora” da política tradicional. Seu melhor desempenho ronda os 36%, e as simulações de segundo turno convergem no principal: o candidato governista aparece com vantagem nunca superior a dois pontos percentuais. Como possível surpresa, ou

Joaquín Sarmiento/AFP



Exército patrulha estrada na região do Cauca, assolada pela ressurgência da guerrilha de esquerda: surto de violência pode dar votos à oposição de direita

incôgnita para um desempate, a terceira colocada é Paloma Valencia, apadrinhada do ex-presidente direita Álvaro Uribe. Cotada de início para enfrentar em segundo turno o escolhido de Petro, ela perdeu terreno para De la Espriella e, a julgar pelos números mais recentes, seus eleitores terão pela frente a opção entre somar os votos ao rival ou assistir a mais quatro anos de governo da esquerda. O Pacto Histórico, coligação de centro-esquerda à qual pertencem o presidente e seu candidato,

saiu das eleições legislativas de março como a principal força política do novo Congresso.

### Recaída

No pano de fundo, ao longo de toda a campanha, ganhou corpo e peso um fator que coloca em risco o projeto da esquerda de emendar um segundo mandato presidencial de quatro anos: o país vive a onda de violência política mais acentuada desde o acordo de paz que resultou

na desmobilização, há 10 anos, das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), principal guerrilha de esquerda, atuante por meio século. Nas últimas semanas, facções dissidentes que se rebelaram contra o acordo protagonizaram uma série de atentados, em diferentes regiões, além de confrontos com grupos rivais e remanescentes da outra formação guerrilheira histórica, o Exército de Libertação Nacional (ELN).

“A escalada de violência tende a deslocar parte do eleitorado para

candidaturas que prometem ordem, controle territorial e endurecimento contra grupos armados, algo que já vimos aqui no Brasil”, disse ao **Correio** o professor de relações internacionais Roberto Uebel, coordenador do Núcleo de Estudos e Negócios Americanos da ESPM. “A política de ‘paz total’ de Petro abriu caminhos, mas entregou resultados limitados e foi alvo de duras críticas e uma quase intervenção norte-americana. O saldo é ambíguo”, analisa. “Em regiões afetadas por deslocamentos, extorsões,

recrutamento forçado e ataques, a percepção de insegurança pode pesar mais do que temas econômicos ou sociais.”

Diego Vera, titular da mesma cadeira na Pontifícia Universidade Javeriana, de Bogotá, reforça o diagnóstico. “Nos quatro anos de governo de Petro, em comparação com a gestão anterior, aumentaram as áreas de cultivo de coca, os sequestros e extorsões, os atos de terrorismo”, enumerou, em entrevista à reportagem. “O mais dramático é a expansão dos grupos armados ilegais”, completa o estudioso colombiano. “Hoje, sua presença é detectada em mais de 340 municípios, e os efetivos poderiam somar mais de 27 mil, entre combatentes e redes civis de apoio, segundo investigações como a da Fundação Ideias para a Paz.”

Roberto Uebel vê implicações imediatas do resultado final para a vizinhança sul-americana, que experimeta há alguns anos a contramão dos avanços colecionados pela esquerda desde a virada do século. “Para o Brasil, uma vitória do candidato apoiado por Petro preservaria maior convergência política com Lula em temas como integração sul-americana, paz, meio ambiente, Amazônia e crítica à militarização da segurança regional”, observa. “Uma vitória da direita mudaria o eixo colombiano, aproximando Bogotá de agendas mais alinhadas a Washington, com Trump 2.0, e ao campo conservador”. Nesse contexto, “Lula ficaria como uma voz ainda mais solitária na América Latina”.

## Três perguntas para

**DIEGO VERA, professor de relações internacionais da Pontifícia Universidade Javeriana de Bogotá**

**Qual é o significado político da eleição de hoje para a Colômbia, passada uma década dos acordos de paz com as Farc?**

A polarização se acentuou na última década, não apenas pelas posturas confrontadas em torno dos acordos de paz de 2016-2018.

O segundo turno de 2022 expôs a desafeição de milhões de cidadãos com os partidos políticos e as elites tradicionais, e abriu caminho para um populismo de esquerda como contraponto ao de direita. Ficaram mais difíceis o consenso “por cima” e o diálogo entre setores da sociedade com interesses próprios em conflito. A convulsão social de 2019-2021, acentuada pela pandemia e malgerida pelo então presidente, Iván

Duque, reabriu feridas em um país historicamente fraturado, e elas foram exacerbadas pelos extremos ideológicos.

**Em que medida a recente escalada de violência, que envolve remanescentes das guerrilhas, pode influenciar os eleitores ainda indecisos?**

A deterioração da segurança pública deve ter impacto eleitoral, mas pode não ser suficiente para

frear o continuísmo do projeto populista progressista. Gustavo Petro e seu candidato, Iván Cepeda, compartilham o fracasso do projeto de Paz Total. Usaram o falso dilema entre segurança humana e segurança nacional, que são interdependentes, e buscaram desmilitarizar, prematuramente, os territórios sob controle de grupos armados ilegais ou disputados entre eles. Debilitaram a capacidade

operacional das Forças Armadas, politizaram o sistema de inteligência, suspenderam ordens de captura e extradição dos líderes de facções criminosas e acabaram dando fôlego a elas.

**Qual seria um caminho eficaz para neutralizar o crime organizado?**

É difícil neutralizar um fenômeno tão complexo e multidimensional. Nenhuma solução simples

funcionará: nem a militarização do combate aos cultivos ilegais, nem a alternativa da legalização pura e simples do consumo. A “guerra às drogas” levou ao extremo a o aspecto de segurança, com efeitos residuais para os Estados frágeis e os cidadãos desarmados. O “efeito hidra”, com a substituição fácil de líderes mortos ou capturados, e o “efeito global”, com a dispersão e realocação das estruturas, mostram os limites desse enfoque. (SQ)



**Paulo Delgado**

contato@paulodelgado.com.br

## DESUNIÃO NO REINO UNIDO

Sem despertar interesse no Brasil, um sistema político e judicial cada vez mais hereditário de cargos públicos cativos da elite do Estado e seus familiares, onde não entra ninguém por mérito próprio, poucos notaram que se encerrou quase mil anos de herança política no Reino Unido. No último 29 de abril, o sistema hereditário na Câmara dos Lordes do Parlamento britânico foi oficialmente extinto com o encerramento da sessão parlamentar.

No Parlamento britânico, assentos hereditários já vinham sendo extintos há algumas décadas. Em um ato de transição, contudo, nem todos esses derradeiros 92 nobres deixarão de vez o parlamento, nomeados vitalícios pelo governo trabalhista, incluindo lordes ligados ao Partido Conservador, bem como independentes, o que significa que alguns herdeiros permanecerão na Câmara dos Lordes até a morte. Todavia, seus herdeiros não receberão mais

um assento no parlamento.

O fim dessa era coincidiu com outras duas situações novas para a democracia britânica, ambas com relação à divisão de representatividade entre os partidos. No todo, há um único fio condutor de desunião — e mesmo separação — operando em várias escalas. A primeira delas é que três das quatro nações do Reino Unido, pela primeira vez, estão sendo governadas, ao mesmo tempo, por partidos pró-independência. Essa situação veio à tona após as eleições realizadas neste maio.

A segunda situação, bastante entrelaçada com a primeira, é a quebra da hegemonia dualista mantida por mais de um século pelos partidos Trabalhista e Conservador. No contexto atual, trabalhistas e conservadores caminham para um cenário em que precisarão não apenas formar coalizões com outros partidos para governar, como também poderão deixar

de liderá-las com folga. Nas três das quatro nações do Reino Unido para além da Inglaterra, tal situação já é um fato.

Embora a desagregação de Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte esteja longe de ser iminente, nacionalistas afirmaram que os resultados eleitorais marcaram o prenúncio do fim dessa união tão antiga e única no mundo de hoje.

De toda forma, o resultado tende a tornar a Grã-Bretanha mais complicada de se governar a partir de Londres. Cabe também lembrar que todo esse borbulhar interno vem na esteira do Brexit, vendido como uma espécie de independência do Reino Unido em relação à União Europeia (UE), mas que não tem produzido bons resultados para o povo britânico.

“Qualquer Estado-membro pode decidir, em conformidade com as respectivas normas constitucionais, retirar-se da União”. É o que diz o artigo 50 do Tratado de Lisboa, que rege a UE. Desde o dia em que o Reino Unido notificou a sua intenção de retirar-se do bloco ao Conselho Europeu, as condições da sua saída

foram negociadas com rigor pelos europeus continentais.

Desde o momento em que o Brexit foi aprovado em referendo pelos eleitores britânicos, a Escócia, ironia das ironias, colocou-se como uma pedra no sapato inglês. Apesar de formar com a Inglaterra a mais antiga bem-sucedida união entre nações em operação no mundo, passou a ameaçar se separar e optar pela mais diversificada UE.

Os britânicos queriam duas coisas: exercer completamente a separação da UE em termos legais como votado no Brexit, mas selecionar algumas áreas comerciais de seu interesse que continuariam a funcionar comercialmente livres da Europa. Na cabeça britânica uma proposta simples e direta. Mas Bruxelas, orientada por Paris e Berlim, insistiu em não aceitar a ideia.

A Europa, com frieza, atrasou e encheu de detalhes as negociações justamente para dar uma lição ao Reino Unido, o qual, por sua vez, passou a tentar caminhos múltiplos de reaproximação com a UE nos anos recentes de administração pelo

Partido Trabalhista, mas de forma confusa e de difícil compreensão para o público doméstico.

O Reino Unido, liderado majoritariamente pelos eleitores ingleses, despediu-se das controvérsias continentais para viver por conta própria, mas não contava que o gesto soasse, dentro de suas fronteiras, como um convite para outras revisões. Nesse bojo, no mesmo ano em que Westminster desmonta um dos pilares mais antigos de seu poder — a hereditariedade —, a lição que quis dar à Europa parece, com ironia, ser retomada em casa: se há vida melhor com independência, por que apenas Londres teria direito a ela?

Quando a Inglaterra decidiu viver por conta própria, talvez não contasse que isso eivasse, entre seus parceiros no Reino Unido, a percepção de que talvez exista vida melhor com independência, para além do arranjo britânico. O desmonte de uma velha estrutura hereditária integra um contexto mais amplo no qual emerge a possibilidade do desmonte da própria união.

PAULO DELGADO, sociólogo